

ACTA Nº 04/2007

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA TREZE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

Aos treze dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Abril, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 2 - Informação do Presidente da Câmara relativa a Actividade Municipal no período compreendido entre 30/01/2007 a 02/04/2007; -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas – Relatório e Contas CMI/2006; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento CMI 2007; -----

Ponto 5 - Análise das Taxas do D.P.M - Domínio Público Marítimo da Ria de Aveiro (Despacho do Ministro do Ambiente de 14/Dez/06); -----

Ponto 6 - Eleição do Presidente de Junta representante no XVII Congresso ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a ter lugar nos dias 15 e 16 de Junho de 2007, na cidade de Ponta Delgada – Açores; -----

Ponto 7 - Apreciação e Votação da Activação da Extensão de Saúde da Barra.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Faltaram os Vereadores Marcos Ré e João Oliveira. -----

FALTAS: Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar doente. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----

Francisco Grangeia, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por impedimentos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

Eduardo Ferreira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por impedimentos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, João Ramos. -----

Domingos Vilarinho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por impedimentos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Júlio Merendeiro. -----

Eduardo Conde, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por impedimentos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Alcibíades Fernandes. -----

Hugo Coelho, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do País. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Hernâni Santo. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Álvaro Ramos, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Josué Teixeira, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Manuel Soares, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Carlos Lopes, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, João Álvaro Ramos, Rui Pereira, Hernâni Santo, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Júlio Merendeiro e Alcibíades Fernandes. ---A reunião teve início às 21H30. -----

O Presidente da Mesa dá continuação da discussão do Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 30/01/07 e 02/04/0, lembrando os nomes de quem se tinha inscrito, actualizando a lista junto dos membros, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Solicita informações sobre a questão das portagens na A17, isto é se houve mais algum desenvolvimento ou se tudo foi cancelado. -----

Relativamente ao PDM e à sua revisão, lembra que o PSD é o partido que mais se interessou pela questão, exemplificando que em 1998, promoveu a sua discussão pública, acabando por mais tarde ser a liderar o executivo camarário, que a Assembleia em funções o aprovou. -----

Terminado o período dos cinco anos, e sabido que a sua revisão se encontra em andamento, faz votos para que seja concretizado ainda durante 2007. -----

Enaltece as infra-estruturas de electricidade e telefones na Zona Industrial da Gafanha de Aquém, questionando para quando a concretização da Z.I nomeadamente saber se o regulamento de atribuição dos lotes virá à discussão da Assembleia, como também quantos lotes terá e a tipologia de indústrias passíveis de ali serem instaladas. -----

Sobre o Bairro dos Pescadores da Costa Nova, diz ser gratificante a medida que a Câmara está a tomar porque está a resolver um problema que se arrasta há muitos anos. É sua opinião que a venda dos lotes vem satisfazer o interesse dos moradores da zona. Pretende saber se esta medida é a regularização definitiva da legalização dos lotes do Bairro dos Pescadores e qual é a percentagem. -----

Sobre os resíduos sólidos no Concelho, nomeadamente a implementação dos métodos de recolha de resíduos sólidos, nomeadamente no arruamento que vai do Cruzeiro de Cimo de Vila à Igreja Matriz, tem conhecimento do desaparecimento constante de contentores, por isso pergunta quais as expectativas sobre o que está a acontecer e qual é a avaliação que o Executivo fez. Entende que o futuro é acabar com os contentores no Concelho, daí questionar se prevêem abranger outros arruamentos. -----

MANUEL SERRA: O Concurso de Ideias do Centro da Gafanha da Nazaré foi muito aguardado pela população da Cidade, não só porque se trata da requalificação duma área da maior importância, mas também por se tratar do aproveitamento do pouco espaço público disponível no centro da freguesia. Aguarda com expectativa pelo projecto definitivo que irá abranger diferentes áreas: trânsito; zona verde, lazer, urbana, e de interligação ao Jardim 31 de Agosto, como também ao edifício sede da Junta de Freguesia. -----

Sobre o assunto relacionado com o monte de areia, é com satisfação que vê a posição tomada pela Câmara. -----

Indica que a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e um conjunto de cidadãos em representação de toda a população, tem pressionado ao longo do último ano a Administração da APA, a Direcção-Regional do Ambiente, as autoridades de saúde, mas têm sido praticamente inconsequentes todas os seus esforços. Considera insustentável esta situação, não se podendo prolongar por mais tempo. -----

RUFINO FILIPE: Dado o espaço que funcionava como Carreira de Tiro estar todo degradado e abandonado, entende que houve bom senso no negócio entre o Estado Português e a Câmara Municipal, porque ela lhe dará melhor aproveitamento. -----

É sua opinião que o Ministro da Defesa aproveitou o facto de ser proprietário do terreno em causa, para poder reduzir o “Défice do Estado socialista”, que vem sendo reduzido à custa dos trabalhadores e de alguns bons negócios. Exemplifica: 42.000 m² de terreno composto só por areias e acácias foi vendido por 250.000€, logo o preço do m² foi, em moeda antiga, de 1.200\$/m²; chama à atenção que o Governo tem pago pelas expropriações de terrenos deste índole cerca de metade do valor. De qualquer forma, realça o esforço feito pela Câmara para que o Ministério chegasse a este acordo mais razoável do que anteriormente queria. -----

Diz que este acordo, não é bom só por aquilo que a Câmara poderá vir a desenvolver, no aspecto de criação de estruturas para a população da Freguesia e do Concelho, mas também, por aquilo que na propriedade contígua se poderá desenvolver, nomeadamente o Plano de Pormenor da Quinta da Boavista. A concretização deste projecto será de uma obra invejável, de dimensão e qualidade, de que todos se irão orgulhar. -----

ÁLVARO RAMOS: Diz que a Actividade Municipal demonstra a vontade e o empenhamento da Câmara nos variados dossiers. Embora a Carta Educativa já tenha sido discutida pela Assembleia Municipal, destaca o seguinte: o empenho demonstrado pela educação de forma dinamizadora e construtiva de mudar o estado calamitoso e de ruína em que o ensino se encontra. -----

Relativamente às orientações estratégicas do Porto de Aveiro, entende que poderá ser um entreposto e ter um largo desenvolvimento, que somente ficará completo quando a Espanha se envolver, com contrapartidas, no trânsito internacional de mercadorias. -----

A desafectação da Carreira de Tiro oferecerá ao Concelho a oportunidade de melhorar a já excelente qualidade de vida. -----

FERNANDO NASCIMENTO: Constata que nos últimos dois meses, a actividade da Câmara foi intensa nas mais diversas áreas. -----

Destaca as actividades vocacionadas para a juventude, dizendo que têm sido bastantes no decorrer dos últimos nove anos, envolvendo associações em diferentes acções. -----

Refere que os resultados das últimas três eleições autárquicas são a prova de que os jovens do Concelho souberam reconhecer o empenho e a capacidade da Câmara em resolver muitos dos seus problemas e em apresentar projectos, como também em desenvolver acções nas mais diversas áreas. Fruto disso, realizou-se mais uma edição do *Festilha*, assinalou-se o 2º aniversário do Fórum da Juventude da Gafanha da Nazaré, disponibilização de equipamentos como a Biblioteca Municipal, a EMER, entre outros, que são espaços de complemento à formação dos jovens. -----

Congratula-se por todo o trabalho desenvolvido e por aquele que será no futuro. -----

ALCIBIADES FERNANDES: Quanto ao Plano Director Municipal e à sua revisão, refere pertencer aos Instrumentos de Gestão Urbana pelo seu carácter abrangente e pela sua linearidade ao nível das restrições que impõem, das potencialidades que daí provêm e o futuro que projectam. Por isso, são um dos principais vectores de actuação de quem pretende seguir um planeamento estratégico potenciador das excelentes condições naturais, ambientais e humanas do Concelho. Indica que a sua concepção e concretização deve ter em conta as características próprias daqueles que por ele vão ser abrangidos pelas directivas, e desta forma representar verdadeiramente aqueles que ali habitam. -----

Comenta que vivendo numa época em que o turismo e as suas principais componentes se efectivam a partir de uma dinâmica muito genérica que abarca praticamente todos os sectores da vida em sociedade e transdisciplinaridade institucional, apoiada na necessária inserção do concelho naquilo que são as principais viabilidade desta grande região, exemplifica que é fundamental para a Gafanha da Encarnação a recriação de contactos que efetivem o estabelecimento deste aproveitamento estratégico, através da sua centralidade da Água/ Ria; a ligação à terra; o sentido comunitário; a sensibilidade de bom anfitrião; o bem receber e a vocação turística. Na Vila, como no lugar da Costa Nova, tanto de Inverno como de Verão, são milhares as pessoas que nos visitam, quer fixando residência ou simplesmente saboreando a qualidade do nosso habitat por umas boas horas. Por isso, aproveitando a vocação da ligação à água, é sua opinião que o desenvolvimento na margem nascente da ria, a sul da bruxa, o projecto agora referenciado, acrescentando valor a aspectos diversos dos quais destaca o ambiental e o humano, criando condições para que tanto residentes como visitantes possam usufruir desta simbiose Terra/Ria, simplificando a saída de fim de dia por vias diferentes da A25. Além da qualificação de um espaço importante, fica criada uma zona de excelência para caminhadas ou pedaladas, tão bem para a saúde. ---

Termina, dizendo que o plano em estudo será a resposta que a Gafanha da Encarnação precisa e pergunta qual a situação do Mercado da Costa Nova. -----

JOSÉ LOUREIRO: Em relação ao tema das areias, refere que foi apresentada como solução regar as areias com água, por isso, chama à atenção que essa solução será mais prejudicial para a população. ----

Questiona qual é o ponto de situação da sociedade anónima. -----

MANUEL SOARES: Sobre as barreiras acústicas que estão a ser implantadas na A25, na freguesia da Gafanha da Nazaré, pergunta se algumas das barreiras não poderiam ser mais baixas em determinadas zonas, afim de não prejudicar a falta de sol nas casas. No seguimento desta obra foi destruída alguma vegetação, questiona se esta prevista nova vegetação, para impedir a visão das barreiras pelos moradores. -----

HUMBERTO ROCHA: Sobre a Quinta da Boavista, refere que o diploma de concessão a título oneroso, indica que os quarenta e dois mil metros quadrados, serão ajardinados e que qualquer outra função fará reverter para o Estado o terreno em causa, visto que faz referência ao equipamento social e desportivo. Solicita esclarecimentos, sobre como se coaduna o ajardinamento com a descrição no documento. -----

JOÃO RAMOS: Em relação ao PDM, pergunta quando é que o mesmo poderá ser consultado. -----
Sobre o Concurso de Ideias, tem conhecimento de que foi entregue a um gabinete a 2ª fase. Questiona o que é a 2ª fase. Solicita mais explicações sobre o que farão no espaço envolvente e como se encontra a situação do saneamento da Gafanha da Nazaré. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

Ao membro Flor Agostinho indica que não há novidades sobre as portagens da A 17. Explica que foi feita uma comunicação formal ao Ministro das Obras Públicas, na sua pessoa como Presidente da Grande Área Metropolitana de Aveiro, a qual ainda não obteve resposta. -----

Aos membros Alcibiades Fernandes e João Ramos que abordaram o tema PDM explica que o processo que se encontrava parado desde o passado mês de Novembro, tendo já havido várias reuniões na Comissão Mista de Coordenação. Indica que os estudos de caracterização, os planos base, as trinta peças sectoriais que compõem o plano estão elaborados. -----

Prevê reunir brevemente com os autarcas, sendo que está a estudar formas de acompanhamento público da elaboração do PDM, antes da abertura formal da discussão pública que decorrerá entre a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

Quanto à Zona Industrial da Gafanha de Aquém informa que se encontra em fase de obra, sendo esta constituída por catorze lotes para venda. O atraso neste processo deveu-se a um problema legal com a interpretação do PDM, que está a ser ultrapassado com a CCDRC, de modo a permitira que a Assembleia aprecie o regulamento. -----

Diz que a ZI 4 da Costa Nova é um processo para legalização da titularidade das parcelas de terreno do chamado Bairro dos Pescadores, embora o processo de legalização das parcelas na Costa Nova, não inclui somente o denominado Bairro dos Pescadores. No total são vinte e dois lotes com diferentes problemas, mas que solucionados lhes permitem serem proprietários de pleno direito. -----

A experiência de recolha de lixo porta a porta está a correr bem. De facto o contentor é feio e é um elemento urbano que dificulta a circulação do carro. Diz que a mentalidade das pessoas tem de mudar e colocar o resíduo no respectivo saco. Há resultados positivos da experiência, mas outros nem tanto, devido a existência de contentor próximo da área de incidência. No entanto continuar-se-á com o trabalho de sensibilização das pessoas e da empresa de recolha. -----

Sobre o Concurso de Ideias, responde aos membros Manuel Serra, João Ramos e José Loureiro, que estão a iniciar as negociações com a equipa projectista para formalizar o contrato. A 2ª fase é a elaboração do Project, que abrange o edifício, o espaço envolvente entre o edifício do troço da Av, José Estêvão com o cruzamento do Centro Cultural e Cruzamento dos Semáforos. Este objectivo faz parte dos conjuntos dos que serão entregues à Sociedade Anónima. -----

A Sociedade Anónima está na fase de preparar cada um dos projectos. Existe um problema relacionado com o chumbo dos dois nomes propostos para o Serviços Nacional de Pessoas Colectivas. Informa que apresentarão proposta de novo nome, para assim que for aprovado poderem formalizar a escritura notarial da Sociedade Anónima. -----

Informa que a APA deu conhecimento que ia formalizar resposta ao ofício da Câmara sobre o monte de areia, dizendo quais as medidas para resolverem o problema da produção de poeiras e do arrastamento das areias. -----

Agradece as referências do membro Rufino Filipe sobre a Quinta da Boavista e a Carreira do Tiro. -----

Ao membro Humberto Rocha diz que há duas questões que têm de ser corrigidas na Resolução de Conselhos de Ministros porque estão incorrectas, nomeadamente a questão do ajardinamento, visto que o acordo diz que a Câmara não dará outro uso que não o de fins públicos aos 42.000 m2 nem loteará ou deixará construir moradias ou prédios e vender. -----

Ao membro Álvaro Ramos informa que a Via de Ligação à A17 iniciou a sua construção após um terceiro estudo de impacte ambiental, mas já é perceptível a sua importância para quem reside no Concelho. -----

Agradece as referências feitas pelo membro Fernando Nascimento na sua intervenção. -----

Ao membro Alcibiades Fernandes e sobre a 2ª Fase da Frente Ria, menciona que o processo está a correr bem, e que no que respeita à negociação dos terrenos para o Mercado, que é uma obra que tem hipotecado a obra da 2ª Fase, fechou acordo com o projectista para iniciar o estudo prévio da ampliação do Mercado da Costa Nova. -----

Às questões colocadas pelo membro Manuel Soares responde que as barreiras acústicas têm de ser mais altas que as casas para as proteger do barulho. Esta situação baseia-se na Lei do Ruído e no Mapa do Ruído do Município, bem como nos estudos feitos pela AENOR para definir as condições técnicas destas barreiras, visto que são apresentadas níveis mais elevados. -----

Responde ainda ao membro João Ramos que sobre o PDM, as perspectivas nas Grandes Opções do Plano estão consolidadas, dado sempre existir uma reserva grande em relação a uma partilha muito aberta do plano por causa dos movimentos especulativos sobre os terrenos, nomeadamente quando há operações de terrenos condicionados em termos de usos urbano, nomeadamente terrenos da REN e da RAN, e que passam a terrenos utilizáveis. -----

No entanto, os responsáveis pela aprovação final do plano, nomeadamente o Executivo Municipal e a Assembleia Municipal têm de acompanhar a produção do plano até ser apresentado para discussão pública. -----

Aconselha o membro João Ramos a ter uma reunião com o Vereador Caçoilo para lhe explicar melhor o que está a ser feito e o que se vai fazer em relação aos problemas do trânsito, nomeadamente na Cidade da Gafanha da Nazaré. Há um estudo feito por uma empresa e que tem aprovação da Comissão Municipal de Trânsito, afim de resolver este problema. -----

Está previsto que a obra de saneamento da Gafanha da Encarnação termine até final do 1º semestre do presente ano de 2007. O processo do saneamento na Gafanha da Nazaré encontra-se em fase de preparação para abertura do concurso, de forma a possibilitar o usufruto dos Fundos Comunitários do QREN. -----

Comunica ao membro José Loureiro, que não acha que o Grupo Desportivo do Gafanha tenha péssimas condições de trabalho, no entanto pretende que as mesmas sejam melhoradas e por isso, a Câmara pagou um projecto que está a ser articulado com os dirigentes do clube. Encontram-se a ultimar a sustentação financeira da obra para ser possível avançar com a mesma. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

JOSÉ LOUREIRO: Em referência às barreiras acústicas, pergunta como vão resolver a situação da Ponte junto à Zona da Friopesca. -----

Chama à atenção para algumas injustiças que estão a ser praticadas com a aplicação das taxas altas na a recolha do lixo, nomeadamente em relação a alguns comerciantes que protestaram contra as elevadas taxas, tendo as mesmas sido reduzidas. Por isso, crê que alguns comerciantes não sabem que é possível a redução das taxas, não havendo tratamento igual. -----

MANUEL SERRA: Entende que a obra da Ponte da Barra está a decorrer dentro dos prazos. No entanto, para a população da Praia da Barra, é inconveniente a ponte estar encerrada durante algumas horas da noite das Terças-feiras e das Quintas-feiras. Questiona se não facilitará a vida da população afixarem estas informações para as pessoas estarem prevenidas. -----

ALCIBIADES FERNANDES: Com o aproximar da época balnear, chama à atenção de necessidade de reforçar a pintura da sinalética horizontal no Concelho, nomeadamente das Praias da Barra e Costa Nova.

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

Em relação às barreiras acústicas, responde ao membro José Loureiro que não estão previstas barreiras acústicas na zona do viaduto sobre a Rua D. Manuel Trindade Salgueiro até à ponte. No entanto é uma preocupação partilhada com a AENOR. -----

Em relação às taxas de RSU, diz não ser uma taxa muito alta para os comerciantes. A aplicação linear da taxa aos comerciantes por ter erro, portanto, o comerciante tem de verificar no regulamento a forma para que a taxa seja ajustada à produção de RSU da sua unidade comercial. -----

Diz que o ideal seria existir um sistema que não privilegiasse só os queixosos, mas não há condição técnica para personalizar, daí só se ter respondido às reclamações. No entanto, concorda que é possível incluir na agenda e boletim municipal a informação destinada aos comerciantes para verificarem junto da Câmara se a sua situação como produtores de RSU está ou não correcta. -----

Ao membro Manuel Serra informa que estão a ser tomadas medidas por todos os intervenientes, de modo a que a população das Praias faça boa gestão do seu uso. -----

Ao membro Alcibiades indica que a Câmara tem previsto a qualificação urbana das praias para depois da finalização das obras de instalação de gás natural, seguindo-se os investimentos para repintar passadeiras e desafogar os passadiços da areia. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 - Apreciação e Votação da Prestação de Contas – Relatório e Contas CMI/2006; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: O relatório foi redigido com clareza e objectividade, destacando o ano 2006 como excelente e positivo para o desenvolvimento do Município, numa relação de gestão económico/financeira com a gestão das dificuldades explicadas com pormenor no documento. ----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

JOSÉ LOUREIRO: Demonstra que não pode saber o activo mencionado no documento, sem ter um inventário do que foi feito, visto que há valores apresentados como activo da Câmara, que advêm dum inventário elaborado por uma empresa e que devia ter passado pela Assembleia, conforme diz o regimento e a Lei. Diz ter muitas dúvidas, destacando a situação da STL, pedindo os devidos esclarecimentos. -----

HUMBERTO ROCHA: Coloca as seguintes questões: Porque não há construção de habitação social; Quais foram os grandes investimentos de privados sedeados no Concelho; Porque é que o factoring sofreu um aumento de 34% de 2005 para 2006; Porque é que a previsão da receita no orçamento era estimada em quarenta e cinco milhões de euros, quando a execução dessa receita é de apenas de vinte e sete milhões, depois de adicionado o saldo de 2005. -----

RUI PEREIRA: Entende que o Relatório de Contas de 2006 demonstra a incapacidade total do Executivo em conseguir cumprir com os objectivos assumidos nas GOP 2006. -----

ÁLVARO RAMOS: Enuncia que a Assembleia Municipal é um Órgão representativo do município dotado de poderes deliberativos e de fiscalização da actividade da Câmara e que o Tribunal de Contas pretende unicamente saber se há cumprimento das normas legais através dessa referida fiscalização e deliberação pela Assembleia. -----

Dado o grau de dificuldade do documento apresentado, questiona se os membros da Assembleia inquiriram ou fizeram diligências para saber se foram executadas as reconciliações bancárias e a terceiros, informando-se se as immobilizações compiladas e apresentadas pela Sight SA correspondem ao Inventário Patrimonial ou se as partes de Capital não estarão desactualizadas face às reavaliações que por ventura as Empresas participadas poderiam ter feito e que maioritariamente passam despercebidas. -----

Chama à atenção para melhor consulta dos proveitos diferidos no sentido de saber se o valor expresso de 14,6 milhões de euros demonstra o valor de receitas referentes ou não a exercícios futuros. -----

Comenta que uma oposição que debate lateralidades nos jornais, fugindo ao debate na sede, obriga a que se tenha de discutir no mesmo plano para anular os efeitos. Por isso contra argumenta o discurso do PS explicando que o "Factor" é uma actividade empresarial legal e balizada pelo Ministério das Finanças, enquadrada no Dec- Lei 171/95 , bem como o seu funcionamento. -----

Indica que o PSD não manipula a dívida, lembrando que o Governo controla o endividamento ao cêntimo e a oposição saberia de imediato se fosse cometida alguma ilegalidade, daí que a dívida de médio/longo prazo não é um valor que possa representar uma situação insustentável. -----

No entanto, destaca que o PSD assumiu que este tipo de dívidas tem de ser amortizadas na geração que as criou. Acrescenta que os investimentos do imobilizado, planeados e executados à sombra deste tipo de

engenharia financeira têm de dar uma resposta na produtividade de maneira a reduzir, no futuro, os efeitos negativos nos custos, que normalmente este tipo de engenharia produz. Exemplifica que a piscina que dava prejuízo passou a dar lucro. -----

Tece comentários a duas situações: A primeira, diz que não foram detectadas incorrecções relevantes nas demonstrações, mas sugere que futuramente o Balanço seja reformulado e aproximado ao POC, gerando menos confusão; A segunda, diz que o PSD não tomou conhecimento na Assembleia Municipal, ou por diligências próprias ou por outros de qualquer contencioso com terceiros, com a tutela ou com a Administração Fiscal, bem como não tomou conhecimento da existência de situações anómalas que não respeitassem os preceitos legais em vigor no que concerne ao dossier fiscal apresentado. -----

Assim o PSD nesta Assembleia Municipal propõe a aprovação do Relatório e Contas apresentar um voto de louvor a todos os que directa ou indirectamente contribuíram para a execução de documentos importantes para o arquivo Fiscal do Concelho, consagrados num CD. -----

PEDRO PARRACHO: Comenta que perante as condicionantes existentes e maioritariamente da responsabilidade do Governo permitiu à apresentação de contas diferentes do que inicialmente previsto. -- Após ter lido a declaração de voto e ouvido a intervenção do Presidente da Câmara em que falava dos novos agentes económicos, refere que a realidade nacional em que muitos foram embora, o desemprego aumentou, é muito difícil a oposição exigir que a Câmara os atraía, no entanto é de realçar que a situação do Concelho não é tão nefasta como a nacional. -----

FLOR AGOSTINHO: Enaltece a qualidade técnica do documento apresentado, o qual configura a existência de funcionários com competências adequadas ao bom desempenho do executivo, permitindo igualmente a estes facilidades para exercerem as suas funções. -----

Sendo que estes documentos espelham e justificam uma análise estática sob uma realidade já realizada e como tal não passíveis de alteração ou tão pouco de substituição da acção demonstrada, conclui que: diversas obras de valores significativos realizadas; diversas acções desenvolvidas em áreas como a Educação, Cultura, Acção Social, Turismo e Desporto; grande participação de munícipes em diferentes acções; grande divulgação do nome Ílhavo pela comunicação social; 90,34% da realização efectiva do orçamento inicial previsto para 2006; redução da receita em 5,5% relativamente a 2005, devido à política de gestão dos Fundos Comunitários pelo Governo, entre outros. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por dizer que o PS participa construtivamente nos debates, exemplificando que a sua análise financeira do documento é confusa porque mistura as normas de hoje com as de há vários anos. -----

Comenta que no ano passado a crítica do PS foi o aumento da dívida e este ano que houve um decréscimo em 8%. Explica que em 2002 se deu o último grande empréstimo da Câmara de 10 milhões de euros e que ainda se encontra em execução e que irão integrar o resto do empréstimo no saldo para executar no âmbito da obra do Centro Cultural de Ílhavo. Portanto geriu-se o risco com desenvolvimento, obras, acções, trabalho e credibilidade. -----

Aconselha o membro José Loureiro e demais autarcas que solicitaram conhecer directamente a realidade da actividade municipal a reunir com o responsável da Câmara, Dr. Rui Farinha, para melhor explicação da definição de factoring, a gestão dos juros. -----

Diz que não vai responder ao membro Humberto Rocha sobre quais foram os grandes investimentos de privados no Concelho, dando-lhe antes dois exemplos de empresas, cujos processos vieram à discussão da Assembleia e que têm vindo a concretizar-se em avultados investimentos no Concelho, nomeadamente, Grupo Apolo e Grupo Vista Alegre Atlantis. Diz que esta mudança é mérito da população do Concelho, dos empresários que estão atentos, da qualidade de vida, do progresso e dos autarcas que destacaram os potenciais da terra para atraírem investimento privado. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUMBERTO ROCHA: Diz ficar admirado com o discurso de alguns membros do PSD que estão a julgar a oposição, esquecendo que, nesta Assembleia, o trabalho dos seus membros é fiscalizar e apreciar a gestão do Executivo Camarário durante o ano de 2006. -----

JOSÉ LOUREIRO: Comenta que a oposição não é julgada. O que é julgado, é o documento que apresentado. -----

ÁLVARO RAMOS: Diz que a Assembleia Municipal é um órgão competente e responsável, e o PSD demonstra diversas vezes, que é um partido que sabe o que quer, como quer, e para onde vai. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): -----

Diz que participa nos debates intensamente, verdade, dedicação e rigor nas matérias, assim como é avaliado na perspectiva política, entende ter o direito e dever de avaliar quem o avalia, assim como os partidos com assento na Assembleia têm o direito e o dever de falar à Câmara, questionar e de criticar num debate político. Discorda da expressão proferida pelo membro José Loureiro, comentando que é infeliz politicamente a oposição não se preparar para um debate de maior importância. -----

Diz ter ficado clarificado no debate que a Câmara teve um ano de 2006 muito importante, onde foram realizadas obras e outras ainda em curso, numa gestão de risco, mas com solidez financeira. Reforça que é esse o caminho a prosseguir. -----

Termina, informando o membro José Loureiro que embora a Câmara saiba quais são as suas obrigações, não é possível apresentar o inventário à Assembleia devido às suas dimensões, e que os membros que queiram, consultá-los nos serviços da Câmara Municipal, que o podem fazer -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com a favor dos membros do PSD e CDS/PP e os votos contra dos membros do PS e do membro da CDU. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

Membros do Partido Socialista: -----

“Mais um ano em que se prova a desajustada gestão que tem vindo a ser realizada neste município, pelo actual executivo. -----

Não é minimamente aceitável essa gestão pois afasta-se nitidamente do que se propôs com as GOP’s para 2006. -----

Dos 45.000.000 € da promessa orçamental, a execução da receita fica por cerca de 27 milhões, com a integração dos 4.189.590 € do saldo de 2005! -----

A despesa corrente da Câmara Municipal de Ílhavo ultrapassou os 14 milhões de €, com um crescimento de 25% em relação a 2005. -----

Se houve dívidas que foram pagas a ERSUC, SIMRIA e AM Carvoeiro é porque o endividamento da câmara era muito alto e permitiu, assim, nos anos transactos a apresentação de resultados mais favoráveis, nos respectivos Relatórios e Contas. -----

Os custos com pessoal continuam a crescer, com um aumento de 14% em 4 anos, isto é, mais 600.000 €.

A dívida da Câmara, superior a 30.000.000 €, não dá mostras de diminuir, embora o investimento em 2006, fosse baixo. -----

A dívida transformada em factoring passou de 6.915.595 € em 2005 para 9.253.176 € em 2006, com um aumento de 34%. -----

A despesa corrente, no valor de 14.214.592, 81 € é superior em 25% ao ano de 2005. -----

A capacidade de gerar receita pelo município de Ílhavo, praticamente não tem aumentado, obrigando a uma dependência das receitas do Orçamento de Estado em 42,98% e em transferências e subsídios 28,56%, o que perfaz mias de 70% das receitas da Câmara Municipal de Ílhavo. -----

Vejamos que nos rendimentos de propriedade, o Executivo propunha-se obter 2.460.000 €, ficando apenas pelos 473.000 €! -----

Na venda de bens de investimento, o tombo ainda é maior, pois se previam 5.070.00 e o resultado final foi de 467.500 (ou seja menos 4.602.594 €). -----
Quanto aos Fundos Comunitários onde se esperavam 11.500.000 ficou-se pelo 1.057.774 (menos quase 10,5 milhões !). -----

A incapacidade gritante da Câmara para gerar receitas, ao mesmo tempo que as dívidas se acumulam, demonstram uma tendência cada vez mais danosa para o município e, logicamente, para o bem-estar e o futuro dos Municípios. -----

Igualmente se nota incapacidade para atrair novos investidores e projectos válidos para o Concelho, demonstrando que este Executivo camarário não elege uma estratégia global credível, de desenvolvimento, consentânea com a localização privilegiada do concelho de Ílhavo, com uma via europeia A 25 e uma A 17 e o Porto de Aveiro. -----

Com esta incapacidade de gestão, não será com orçamentos irrealistas que o Executivo Municipal poderá levar a “bom porto” esta Câmara. -----

E o futuro virá provar que a gestão errada, despesista, criará sérias dificuldades aos Executivos vindouros.

Pelas razões apontadas -----

Votamos contra. -----

Pel’ Os Membros da Assembleia Municipal, do PS -----

As.) Humberto Rocha”. -----

Membro da CDU: -----

“Considerando que as contas apresentadas, só vêm confirmar e ainda reforçar a posição da preocupação que assumimos aquando da discussão do orçamento para 2006. -----

Considerando que o despesismo apresentado em que uma vez mais se verifica um aumento em relação a anos anteriores. -----

Considerando preocupante aumento das dívidas em factoring e o conseqüente aumento de juros ainda mais agrava a futura situação da Câmara Municipal, elevando as despesas correntes para níveis dificilmente suportáveis. -----

Votamos contra o relatório e contas do ano 2006. -----O

Deputado do P.C.P. -----

As.) José Alberto Loureiro”. -----

Membro Álvaro Ramos: -----

“De qualquer maneira Sr. Presidente, eu dava-lhe o conselho de consultar o IGAT e ver o que é que está determinado sobre declarações de voto”. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 - Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento CMI 2007; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Diz que o documento se refere ao valor não utilizado do empréstimo bancário de 2002 e que de acordo com a revisão será aplicado na rubrica respeitante à obra do Centro Cultural de Ílhavo. O documento é objectivo e não há nenhuma relevância política no sentido de ser alterado o rumo definido das GOP. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOÃO RAMOS: Da sua análise verifica que o grande montante está aplicado no Centro Cultural de Ílhavo, no entanto, é apresentado um reforço no apoio às instituições, nos resíduos sólidos e no Festilha/2007, por isso questiona as razões. -----

FLOR AGOSTINHO: Entende ser uma mera realização formal da inclusão do saldo do ano anterior para reforçar as verbas não definidas no orçamento inicial. Portanto, é a correcção do que já foi aprovado pela Assembleia Municipal e por isso votará favoravelmente. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro João Ramos informa que utilizam o instrumento da revisão uma vez por ano para fazerem uma revisão das

previsões de despesa e seus ajustamentos de pormenor. Explica que o instrumento é de mera execução administrativa porque não há nada politicamente relevante. -----

Especificamente nesta realidade, esclarece que houve um reforço na intervenção social, porque houve um erro na definição das GOP's de 2007, onde o valor atribuído à Obra do Património dos Pobres ao Lar de S. José não estava incluído. A questão dos RSU refere-se ao ajustamento da previsão dos serviços. No Festilha, a previsão estava curta e os serviços verificaram que ainda havia algo para pagar numa situação anterior, colocando este reforço para ter capacidade de cobertura no orçamento para honrar todos os compromissos que a câmara assumiu na gestão da iniciativa. -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação, foi aprovado por maioria, com os votos a favor dos membros do PSD e do membro do CDS/PP e com a abstenção dos membros do PS e do membro da CDU. -----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão da ordem do Dia, perguntou ao público presente nas galerias do Salão Nobre, se estava interessado em intervir, tendo apenas Paula Maria Simões de Almeida, residente na Plenicoope, Ílhavo manifestado tal desejo, pelo que lhe foi dada a palavra de imediato: -----

PAULA MARIA SIMÕES DE ALMEIDA: Começa por dizer que o assunto que irá expor diz respeito à Urbanização Plenicoope. Explica que o administrador geral informou que não tem capacidade de resolução do problema do ar condicionado que estão instalados no Bloco F, que a lei não permite, bem como as parabólicas. Diz que paga o direito de superfície, e por isso questiona como é possível ainda existir varandinhas nos apartamentos do r/c. Comenta as situações de crescimento de vegetação nos Blocos G e C para fazerem barbacue's. -----

Diz que a zona se está a transformar num bairro de lata e por isso solicita tomada de medidas para resolução da situação. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder: -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Informa que as questões ligadas a obras particulares não são possíveis de resolver neste Fórum., visto que à necessidade de mais informações para melhor explicação das questões colocadas, nomeadamente no que refere a questões jurídicas complexas, do alvará que titulou as construções que se fizeram e do terreno da câmara entregue sobre direito de superfície. Assim, solicita que os seus dados sejam entregues à secretária Dr^a. Inês, para que lhe seja marcada reunião para discutir com todo o pormenor estas matérias. -----

Terminada a audição do público, o Presidente da Mesa deu por finda a reunião pelas 00 H35 do dia seguinte, 06 de Abril de 2007. A Sessão terá a sua continuidade nos termos da convocatória. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 21/06/07.